

ATA 142ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONFEMA

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Bom dia a todos e a todas. Iniciamos a 142ª reunião plenária ordinária do Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável no dia 31 de maio de 2019, sexta-feira, às 10:12, aqui na Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente. Nosso primeiro ponto do expediente: discussão e votação da Ata da 141ª reunião plenária ordinária do CONFEMA. Alguma observação, alguma correção, manifestações? Coloco em votação. Os Conselheiros que aprovam a Ata da 141ª reunião plenária ordinária do CONFEMA, permaneçam como estão. A Ata está aprovada por unanimidade. Passamos agora para o segundo ponto do expediente. O Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES - convida para a audiência pública do dia 14/6, às 18 horas, no CEU Quinta do Sol, na Avenida Luiz Imparato, 564, Parque Cisper, São Paulo, com o objetivo de discutir questões relacionadas ao licenciamento ambiental do empreendimento obras de controle de inundações da bacia do Córrego Dois Irmãos, na Zona Leste de São Paulo. O EIA-RIMA encontra-se para consulta no horário das 9 às 16 horas nos dias úteis, na Coordenação de Gestão dos Colegiados, na Rua do Paraíso, 387, primeiro andar, ou pela internet, no Site da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente. Encaminhado para o terceiro ponto do expediente, que são as sugestões para inclusão de pauta. Alguma sugestão? Sem mais manifestações, passamos agora para o primeiro ponto de ordem do dia: apresentação do Programa de Metas 2017/2020 pelo Pedro Lucas Oliveira, do Gabinete da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente. Por gentileza, pode começar a sua apresentação.

Pedro Lucas Oliveira (SVMA) - Bom dia. Me apresentando. Meu nome é Pedro, sou analista de políticas públicas e gestão governamental. Atuo aqui na Secretaria do Verde acompanhando o Programa de Metas, fazendo a interlocução com a Secretaria de Governo e com as demais Secretarias envolvidas. Vou fazer uma apresentação do que é o Programa de Metas em geral, qual foi a mudança mais recente, que aconteceu agora em abril e o que isso impacta diretamente aqui a Secretaria do Verde, com decorrências para o CONFEMA, para o FEMA. Uma visão geral do Programa de Metas. Ele é um instrumento previsto na Lei Orgânica do Município desde 2008 com o objetivo de organizar de forma clara e transparente as prioridades e metas da gestão para os quatro anos. Diferente do PPA, que é do segundo ano do mandato. É o primeiro ano do mandato do ano seguinte; ele coincide com os quatro anos do mandato. Ele se propõe a fazer isso por meio de metas, projetos, ações estratégicas e indicadores, permitindo que seja possível fazer um monitoramento de forma objetiva do andamento das ações e o cumprimento ou não dos compromissos firmados. Ele entrou em 2008 como uma conquista dos movimentos sociais organizados. Mais do que um instrumento de planejamento, ele é uma forma de pactuação de prioridades com a sociedade civil e uma forma de controle social. Como previsto na Lei Orgânica, a Administração Municipal deve publicar a cada seis meses os indicadores e o andamento de cada linha de ação e anualmente um relatório de execução com um resumo das

ações naquele ano. A Lei Orgânica, no inciso 4 do artigo 69A prevê alterações programáticas com o Prefeito, desde que justificadas e amplamente divulgadas. No dia 8 de abril foi apresentada uma revisão programática do Programa de Metas, com alterações para os próximos dois anos, que foi resultado de diretrizes estabelecidas pelo Prefeito a partir da participação de todas as Secretarias depois de um diagnóstico do andamento das ações, dos principais problemas enfrentados e quais seriam as prioridades para os próximos dois anos. As modificações feitas resultaram de mudanças de cenário político, algumas mudanças de prioridade e algumas ações que entraram na pauta do Governo para os próximos dois anos. Aqui está um resumo geral da correspondência da versão original com a versão atual do Programa de Metas. Anteriormente haviam cinquenta e três metas no Programa e dezoito delas foram incorporadas na íntegra, praticamente replicadas. Seis delas foram incorporadas com ampliação, duas delas foram incorporadas parcialmente (um pedaço dela ou uma porcentagem que era prevista anteriormente), vinte delas tiveram o escopo ajustado (uma mudança de natureza da meta, mantendo o tema). Sete não entraram porque já haviam sido concluídas nos dois anos e vinte e cinco novas foram inseridas com a revisão programática, resultando em setenta e uma metas. Basicamente essa é a estrutura do novo Programa de Metas. Ele está dividido em três eixos sobre os quais eu vou falar no *slide* a seguir. Esses três eixos contemplam trinta e seis objetivos estratégicos, que são macrotemáticas. O total desses trinta e seis objetivos estratégicos contemplam setenta e uma metas, além de as metas são destrinchadas em iniciativas. São duzentos e treze iniciativas, que nós vamos falar mais especificamente daqui a pouco sobre quais estão relacionadas com a Secretaria do Verde e a sustentabilidade. Os três eixos são: Cuidar - geralmente relacionados a ações de zeladoria, manutenção de equipamentos públicos; Proteger - geralmente relacionados ao oferecimento de serviços diretamente à população; Inovar - onde está a maior parte das metas e iniciativas ligadas à sustentabilidade e à Secretaria do Verde, que engloba, além disso, outras iniciativas referentes à governança, transparência e participação. Agora falando mais diretamente das metas e iniciativas ligadas à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e da temática sustentabilidade. Todas as ações previstas para a Secretaria do Verde estão englobadas em dois objetivos estratégicos. O objetivo estratégico 30 é o principal, cuja redação é dar sustentabilidade ambiental à cidade. Ela engloba uma série de ações. O objetivo estratégico 5, que está no eixo "Cuidar", mais ligado à zeladoria, que é revitalizar praças, parques e canteiros centrais. A praça, a parte sobretudo de praças e canteiros centrais, é de responsabilidade das Subprefeituras, e a parte parque que eu destaquei é de responsabilidade aqui da Secretaria Municipal do Verde. O objetivo estratégico 30, a redação completa é essa: promover e estruturar políticas públicas que busquem excelência na gestão ambiental e que promovam sustentabilidade no Município. Além da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, a Secretaria de Subprefeituras e de Infraestrutura Urbana também estão relacionadas a algumas das ações. Como explicado no *slide* sobre a estrutura geral do Programa, o objetivo estratégico 30, que é dar sustentabilidade, se destrincha em quatro metas. As metas é a forma de mensurar e

acompanhar o andamento daquele objetivo. São quatro metas aqui. Todas têm uma correlação temática com a sustentabilidade. Duas estão mais diretamente relacionadas à Secretaria do Verde, outras duas, uma está sob responsabilidade de AMLURB, de SIURB. A Secretaria do Verde apanha, até porque elas acabam impactando uma na outra, mas mais diretamente a Secretaria do Verde é responsável pela meta 30.1, que é melhorar duzentas posições no *ranking* estabelecido pelo Programa Município VerdeAzul (PMVA). Eu já vou falar mais detalhadamente sobre isso a seguir. A meta 30.2, sob responsabilidade da AMLURB, que é reduzir emissões de 131 mil toneladas de CO₂ equivalente por meio da destinação de resíduos aos aterros, e a meta 30.3, sob responsabilidade de SIURB, que é garantir que todos os novos equipamentos entregues pelo Município contem com medidas de sustentabilidade, de reuso da água e eficiência energética. E por fim, a meta 30.4, também aqui de responsabilidade da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, que é a implantação de dez novos parques municipais. Falando um pouco sobre a meta 30.1, que é subir duzentas posições no Programa Município VerdeAzul. O Programa Município VerdeAzul - PMVA - é um programa mantido pelo Governo do Estado criado em 2007 e ele tem o propósito de incentivar a execução de políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento sustentável em todos os Municípios do Estado. Para fazer isso, ele mensura a execução de diversas políticas a partir de diversas diretrizes e ações prioritárias que o programa estabelece. Os Municípios enviam a documentação comprobatória da execução dessas diretrizes, recebem pontos respectivos às ações efetuadas e são colocados num *ranking* com uma pontuação final. O objetivo da Prefeitura hoje é subir duzentas posições nesse *ranking*. O Município VerdeAzul ele está dividido em dez diretrizes temáticas. Ele é um programa bastante abrangente relacionado à sustentabilidade. Ele soma oitenta e cinco ações no total e as dez diretrizes são: Município Sustentável, que é uma ação mais abrangente com diversas iniciativas gerais; estrutura e educação ambiental; conselho ambiental; biodiversidade; gestão das águas; qualidade do ar; uso do solo; arborização urbana; esgoto tratado e resíduos sólidos. Todas somam oitenta e cinco ações bem especificadas. Havendo alguma dúvida pontual, eu tenho material aqui do Programa, mas como são oitenta e cinco ações, não vou mencionar todas elas. A meta 30.4 é a construção de dez novos parques. Esses são os dez parques previstos na cidade, expostos no mapa para facilitar a visualização territorial. Alguns parques já estão com um andamento bastante acelerado e alguns estão sendo iniciados mais agora. Além dessas duas metas, o objetivo estratégico 30 ele se desdobra ainda em quinze iniciativas. As iniciativas são geralmente as ações concretas necessárias para o alcance dos objetivos e das metas. Por exemplo, subir duzentas posições no *ranking*. O que que a gente precisa fazer para subir essas quinze posições no *ranking*. As iniciativas indicam as ações concretas que vão levar à realização das exigências do Programa e subir no *ranking*, assim como outras ações. Eu vou passar um a um, lendo cada uma das iniciativas. Havendo também qualquer dúvida pontual, fico aberto para dúvidas. Vamos lá: iniciativa 30-a) promover atividade de educação ambiental com foco em difusão e capacitação de técnicas de boas práticas sustentáveis no Município de São Paulo; 30-b) reabilitar

a fauna silvestre por meio do atendimento de animais resgatados no Município de São Paulo para fins de conservação da biodiversidade; 30-c) aprimorar a articulação intersecretarial visando a diminuição de resíduos enviados aos aterros municipais por meio da redução, reutilização ou tratamento de resíduos sólidos, fomento à contagem e sensibilização para a coleta seletiva em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos; 30-d) elaborar o Plano Municipal de Arborização Urbana; 30-e) monitorar por meio de visita técnica as estações de tratamento de esgoto e verificar o desempenho anual da concessionária de serviços de saneamento, considerando os critérios de volume de esgoto tratado, o tipo de tratamento, quantidade de resíduos gerados, local de destinação e eficiência; 30-f) elaborar o relatório com cálculo da cobertura vegetal atualmente existente no perímetro urbano no Município, considerando viário, maciços e fragmentos de vegetação nativa; 30-g) capacitar e treinar profissionais da estrutura municipal para a arborização urbana; 30-h) plantar cinquenta mil novas mudas de árvore no Município em 2019 e 2020; 30-i) elaborar um Plano de Ação Climática objetivando tornar São Paulo uma cidade neutra em carbono até 2050, apoiando o cumprimento do Acordo de Paris; 30-j) elaborar o Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa para o período de 2010 a 2017; 30-k) reduzir emissão de gases poluentes pela frota de ônibus municipal; 30-l) reduzir a destinação de resíduos sólidos para aterros; 30-m) elaborar o Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres - PLANPAVEL; 30-n) implantar medidas e dispositivos de sustentabilidade, reuso da água e eficiência energética em 100% dos novos equipamentos entregues; 30-o) criar e manter dez novos parques municipais. Por fim, ainda temos o objetivo estratégico 5, que é revitalizar e manter praças, canteiros centrais e parques. Repetindo a parte de praças e canteiros centrais, fica sob a responsabilidade das Prefeituras Regionais, das Subprefeituras agora, responsável pela zeladoria e a parte de parques se desdobra em três iniciativas. Um é a revitalização de sete parques municipais por meio de concessões públicas, que é tocado prioritariamente pela Secretaria de Governo na parte de desestatização e SP Parcerias, mas com muitas interfaces aqui com a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. A iniciativa 5-c, que é captar dez milhões de reais em parcerias para a melhoria e manutenção dos parques municipais é diferente da b, que é por meio de concessão. São parcerias pontuais mesmo para melhoras nos parques, doações e etc. E a iniciativa 5-d, que é revitalizar cinquenta e um parques municipais com recursos próprios. Quais dessas ações estão diretamente relacionadas com o FEMA e que projetos aprovados e em andamento no FEMA como eles se relacionam com as metas e iniciativas. Em andamento, existe o projeto de plantio e manutenção de mudas de árvores no Município. Ele está relacionado com a iniciativa 30-h, que é o plantio de cinquenta mil mudas em 2019 e em 2020, além da meta 30.1, que é a meta principal, porque uma das ações do Programa Município VerdeAzul, uma das diretrizes é a arborização e dentro da diretiva arborização, o plantio consta como um dos critérios a ser considerado pelo Programa. Além do plantio, as ações de revitalização dos parques. Existem atualmente em andamento três ações de revitalização que utilizam recursos do FEMA, que, portanto, estão relacionados diretamente à

meta 5.2, que é revitalizar cinquenta e um parques municipais e a iniciativa 5-d, que é uma decorrência da meta 5.2. Além disso, tem mais dois projetos que estão aprovados em análise, que estão previstos no Programa de Metas e precisarão desses recursos para serem efetivados. Um deles é a realização do Inventário de Gases de Efeito Estufa, que é previsto na Política de Mudança do Clima do Município. O inventário já está em execução, mas num momento posterior vai dos recursos para as etapas de finalização, divulgação, publicação, além da etapa posterior à realização do inventário, que é realização do Plano de Ação Climática, que usa o inventário como subsídio para isso. Então, estão relacionadas às iniciativas 30.i e 30.j, que é a realização do inventário e a realização do Plano de Ação Climática. E, por fim, monitoramento de parques e áreas verdes da cidade com a utilização de imagens de satélite tratada por algoritmos. Está relacionada à iniciativa 30-f, que visa mensurar a cobertura vegetal do Município, além também da meta 30.1, que é o Município VerdeAzul, que acaba englobando praticamente todas as ações. Ela tem uma subdiretiva que é justamente o acompanhamento e o monitoramento da cobertura vegetal no Município. Essa é a apresentação geral. Fico aberto agora a dúvidas e perguntas. Caso alguém queira tirar alguma dúvida específica...É isso, obrigado.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Queria agradecer ao Pedro pela apresentação e quero informar que já se encontra na Mesa Ricardo Viegas, o nosso Presidente da sessão de hoje.

Cons. Aldo - Aldo, da ECÓLEO. A minha pergunta é o seguinte: com relação a esse Inventário dos Gases de Efeito Estufa, a execução dele não é uma responsabilidade da CETESB? Ou qual é o vínculo que nesse caso?

Pedro Lucas Oliveira (SVMA) - Pelo que eu conheço, é uma responsabilidade do próprio Município de realizar. Eu imagino que deva ter interlocução caso tenha alguma informação que precise ser informada pela CETESB, mas quem está realizando é a própria Secretaria, seguindo todos os critérios internacionais, em parcerias com a C40, que são as maiores cidades do mundo pensando a questão do clima. O Município já realizou dois inventários anteriormente. Esse é uma atualização. O último foi em 2010, então esse agora é de 2017, mas uma responsabilidade do Município mesmo, que o Município está tocando.

Cons. Aldo - Uma outra pergunta, só para finalizar. Essas metas, esse conjunto de metas e objetivos, como é que ele se situa em relação às metas globais, seja do Brasil, do Estado ou Município, vamos dizer. Que tipo de influência esse conjunto de medidas vai ter?

Pedro Lucas Oliveira (SVMA) - Tanto a elaboração quanto o monitoramento estão relacionados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, as ODS. Cada uma das iniciativas tem uma correspondência. Então, por exemplo, existe um objetivo que são cidades sustentáveis, que praticamente engloba todas essas. Tem Objetivo do Desenvolvimento Sustentável relacionado a resíduos, relacionado à gestão de águas. Praticamente todas têm uma correspondência ou têm... Aqui, se for o caso, posso passar o material de uma a uma, mas elas estão desde a concepção e

no monitoramento relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que são objetivos globais e monitorados pela ONU para atingimento da sustentabilidade.

Cons. Aldo - Obrigado.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Deixa eu só aproveitar essa sua pergunta, que eu acho que ela é bem pertinente. Acho que às vezes não fica muito claro as responsabilidades. Primeiro, o Inventário de Emissões do Estado quem faz é a CETESB. O Estado de São Paulo tem um relatório de emissões e é elaborado pela CETESB. Nos Municípios, cabe aos Municípios realizarem esse inventário. O caso de São Paulo especificamente, nós temos uma lei que estabelece uma responsabilidade de fazer emissões. Nós temos uma Lei de Mudanças Climáticas, que é muito inovadora. É de 2009, tanto é que a Lei Estadual de Mudanças Climáticas vem depois da iniciativa de São Paulo, da cidade. O relatório já é uma prática. Nós estamos no terceiro inventário, que está servindo como base - isso é bom deixar muito claro - que o inventário está sendo base para a elaboração do Plano de Ação Climática, que nós nos comprometemos no pacto das cidades de uma rede mundial, que estão alinhadas com o Acordo de Paris, independente da estratégia nacional. Hoje, inclusive, há algumas discussões políticas com relação... A própria orientação do Ministro do Meio Ambiente, quando diz que sai do Acordo e tal, o próprio Prefeito de São Paulo, Bruno Covas, esteve numa reunião em Buenos Aires reafirmando o compromisso, assinando os compromissos com relação a este compromisso da emissão em 2050 zero e nós estamos na fase...Quando fala do Plano de Ação que nós estamos elaborando, é exatamente um Plano de Ação para esse compromisso com 2050. Esse Plano de Ação está sendo elaborado pela Prefeitura com um todo. Todas as Secretarias participam disso, com todas as contribuições. O Plano é um compromisso que a cidade de São Paulo tem com o Acordo de Paris, independente do que está sendo levado ou discutido na questão nacional. E lembrando que as metas da cidade que a gente colocou e estão colocadas como compromisso, elas estão alinhadas em todos os acordos, tanto internacionais, nacionais e estaduais. Por exemplo, nós temos aqui uma meta do Município VerdeAzul. O Município VerdeAzul é um programa estadual que credencia os Municípios do Estado de São Paulo e que estabelece responsabilidades e compromissos com relação à sustentabilidade. Nós voltamos ao programa de novo, que no passado nós participávamos de uma forma, eu diria assim, interessante, mas dessa vez houve mesmo um compromisso do Prefeito com relação a essa responsabilidade de assumirmos o Programa Município VerdeAzul para que nós ranqueássemos dentro do Estado de São Paulo como que a gestão da cidade de São Paulo está. Eu acho que, nesse sentido, o Plano de Metas reafirma o compromisso da cidade com as metas da ODS, que é o compromisso 2030, com as metas de 2050, os acordos internacionais além disso as políticas públicas que são desenvolvidas pelo próprio Estado e pelo Município. É importante o que o Senhor colocou, porque às vezes fica parecendo que está desconectado e muito pelo contrário. Acho que a cidade está muito preocupada e muito motivada no sentido de se preparar para esses desafios, principalmente na questão de mudança climática.

Cons. Aldo - Aldo, da ECÓLEO. Agradeço a explanação. Acho que foi importante porque às vezes nós vamos avaliar os projetos que aqui aparecem, de várias magnitudes, de várias grandezas, vários custos também e às vezes isso se perde um pouco. A gente fica meio... Fala: será que isso realmente é relevante? Isso bate também um pouco com o que eu havia mencionado há certo tempo sobre o que que o Conselheiro deve possuir de informação, que aspectos ele deve ter na cabeça para quando chegar o momento da votação ele poder fazer de forma consciente a sua posição. Obrigado.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Eu queria só reforçar que o FEMA tem um papel importante quando a apresentação do Pedro diz exatamente quais são... Por exemplo, nós temos vários Fundos municipais que apoiam várias políticas. O FEMA, no caso específico, tem sido um Fundo extremamente estratégico naquelas metas com relação à revitalização de parques, na questão do Inventário. Esse recurso está muito bem direcionado dentro do Plano de Metas, como outros Fundos da cidade, o FMSAI, o FUNDURB eles estão todos muito encaixados para cada Secretaria ou para cada ação e isso é importante que os Senhores tenham ciência de que há uma conexão e há uma estratégia com relação à administração da cidade com relação a essa agenda ambiental.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Mais alguma manifestação dos Senhores Conselheiros?

Cons. Dilson - Obrigado. Meu nome é Dilson Ferreira, represento aqui o CADES. Na verdade, quem representa o CADES é o Conselheiro José Roberto. Desculpa de tomar a palavra aqui. É a primeira vez que eu estou participando. Sobre o assunto que está sendo discutido agora com relação à exigência que o Governo Federal faz de maneira generalizada o meio ambiente, e tomando conhecimento de que há uma manifestação do Ministro do Meio Ambiente e da Presidência da República com relação à exigência com o meio ambiente no sentido de exigir menos do que se tem exigido até agora. Estando aqui representando dentro do CADES, representando as empresas, as pequenas e médias empresas através do PNBE, essa ligação, acho que a pergunta que eu faço é se o Governo Federal colocar exigências menores do que as exigências que o nosso Município, a nossa Prefeitura tem das atividades que envolvem a iniciativa privada, isso dá direito aos participantes dessa iniciativa privada, digamos, as indústrias, as empresas localizadas em São Paulo em não cumprir com as exigências que o Município faz, uma vez que o Governo Federal está tornando menos rígido o comportamento. Essa é uma preocupação. Eu imagino que nós, como Município, tenhamos a autoridade jurídica de exigir o cumprimento, mantermos a exigência do nosso cumprimento acima daquilo que exige o Governo Federal, uma vez que o que nós não podemos é pedir menos, exigir menos, mas podemos exigir mais. A pergunta é: estamos correndo algum risco de termos os nossos programas não cumpridos por isso?

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Acho que é importante a sua observação e lembrar que todas essas ações que nós estamos colocando são compromissos - nem compromisso, elas estão

lastreadas dentro das leis, dentro de uma normatização municipal. Nós temos uma Lei de Mudanças Climáticas que estabelece compromissos, nós temos um Plano Diretor que estabelece a responsabilidade a todas as ações, principalmente na questão do verde. Todas as ações que foram apresentadas, todas elas estão numa responsabilidade com legislação própria municipal, que estabelece responsabilidades. O que se discute hoje no Governo Federal com relação à própria legislação, haja vista o que está acontecendo na Medida Provisória que foi votada na Câmara - o Senado não aprova - com relação à questão do Código Florestal. Está se criando uma situação de uma instabilidade jurídica no formato da legislação federal, só que nós aqui no Município temos autonomia, sim, e nos asseguramos com relação a esses passos ou todas as iniciativas que nós estamos fomentando ou assumindo o compromisso são lastreadas, sim, em um ordenamento municipal de legislação própria que está inclusive em consonância com o que está acontecendo no resto do mundo. O Prefeito tem transpirado isso com relação a essa segurança de que a cidade de São Paulo pode continuar com essas iniciativas e que, é lógico, nós aqui da cidade, todos os atores - comércio, indústria, todos os habitantes da cidade - nesse sentido acho que sentem-se até um pouco mais seguro com relação à questão desse tema que hoje é tão precioso, que é a questão de mudança climática, porque os efeitos são inquestionáveis. Acho que hoje todos nós passamos no dia a dia algum efeito com relação a isso - as intempéries climáticas - e nós aceitamos que isso não é mais uma discussão de ciências, é uma discussão de execução mesmo de política. Toda a amarração estratégica em relação a esse tema que a Prefeitura assumiu de compromisso com todos os seus atores, com toda a sua estrutura, está segura com relação a isso.

Cons. Dilson - Muito obrigado. Nós vimos na apresentação do Pedro vários objetivos de longo prazo, inclusive um deles com relação a CO₂ até 2050. Nós só vamos atingir alguma coisa indo nessa direção se atingirmos a cada dois anos e se nos submetemos a mudanças que venham de fora da cidade de São Paulo que ponham em risco isso não, não vamos conseguir atingir os objetivos de longo prazo. E devemos estar, se me permite, preparados a responder e a exigir da iniciativa privada e das entidades que prestam serviços para o governo o cumprimento da nossa legislação, independente do que venha da parte da União.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Eu acho que inclusive tem dois pontos que o Município está diretamente se fortalecendo. Primeiro, na questão das emissões, tem dois fatores, duas contribuições muito fortes no Município, que é o transporte e o emissor de resíduos. São dois fatores importantes no balanço de um inventário de emissões e nós temos duas políticas muito claras com relação à questão do transporte - que nós estamos aí com a Lei Municipal da Frota, que já está implementado o Comitê, com metas estabelecidas - e além do próprio Programa Municipal de Resíduos Sólidos, com metas também muito claras e bem definidas. Esse Plano de Ação é na verdade um plano que fica instalado no Município para orientar um pouco as políticas que devem ser desenvolvidas para que a gente as metas de 2050 sejam atingidas. É o plano, mas lembrando que a gente tem várias ações que precisam ser acompanhadas. Por exemplo, o nosso

Plano Diretor municipal de 2014, quando se estimula que teríamos que ter quase parques municipais, ele lastreou a tomada de decisão de você pular na época de trinta para cem parques e nós estamos indo à direção de duzentos e cinquenta no futuro. Nós vamos ficar com cento e sete mais dez. Isso tem uma estratégia. Não é por acaso que está sendo trabalhado isso. A planificação, ao colocar esse Plano de Ação para o Município, para o compromisso da cidade é fundamental para fortalecer esse avanço. Nós estamos até atrasados. Por exemplo, eu tenho na mesa lá um Plano de Ação de Barcelona com relação ao que ele vai fazer para 2050. Várias cidades do mundo já prepararam esse plano. Então, é um compromisso, sim, estabelecermos isso como uma tarefa. Isso precisa ser feito.

Cons. Aldo - Aldo, da ECÓLEO. Eu vi que tem um ponto ali de resíduos sólidos, mas ele é bem específico, porque ele é dirigido aos rejeitos que vão aos lixões. A minha pergunta se refere agora, como eu represento a ECÓLEO, que é uma ONG que se ocupa do resíduo do óleo de cozinha e esse segmento é um segmento importante, pela quantidade de resíduos que é gerada -dá cerca de, só da parte dos associados da ECÓLEO, são três milhões de litros por mês. A minha pergunta é o seguinte: que Departamento da Secretaria que se ocupa, por exemplo, dessa área específica pelo seguinte: essa temática do óleo de cozinha tradicionalmente tem sido feita de forma mais no aspecto de militância do que propriamente no aspecto de estudo da estratégia para esse segmento. Por exemplo, o que que eu perguntaria, por exemplo, em termos de políticas públicas no sentido de organizar esse setor, como é que a gente poderia conseguir de forma oficial os indicadores do que se passa nesse ambiente da coleta? E eu digo isso pelo seguinte: em geral, essas empresas elas são concorrentes, elas fazem parte de uma rede, mas não fazem parte de um segmento único. Não há nenhuma governança que dirija esse setor. São redes independentes e que concorrem de forma ferrenha com relação aos objetivos que é coletar a maior quantidade possível de óleo de cozinha. No entanto, não há indicadores, vamos dizer assim, eu não diria confiáveis, mas que a gente pudesse chamar de oficiais. Primeiro porque as empresas não gostam de expor esses dados. A gente acaba tendo sempre uma estimativa por um lado ou por um outro. Algumas até cooperam sem problema nenhum, outras nem tanto, então a minha pergunta vai nesse sentido: de que forma que isso poderia ser administrado de forma, vamos dizer, visível, transparente e que abrangesse todo o setor do óleo. Não só o da ECÓLEO, mas tem o setor

das empresas produtoras de óleo que já fizeram parcerias para a coleta em consonância com a Política Nacional de Resíduos. Essa é minha pergunta, se eu consegui colocar o meu ponto de vista.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Primeiro, a operação da questão de resíduos, da política de resíduos, nós temos uma Agência Municipal que é a AMLURB. Ela, na verdade, faz a gestão da política ou das ações de resíduos sólidos. É assunto que felizmente na cidade de São Paulo tem uma agência que trabalha com essa agenda fazendo a gestão de recursos públicos, que não

são poucos. Para vocês terem uma ideia, a cidade de São Paulo hoje, só na Política de Resíduos tem um custo de quase dois bi por ano. Isso representa quase 3% do orçamento da cidade. Vejam que não é uma agenda pequena, é uma agenda bem significativa. Os compromissos com relação à política, as metas, elas estão estabelecidas no Programa Municipal, que já foi estabelecido lá atrás os compromissos com relação ao cumprimento de metas. O que eu tenho a informar hoje é exatamente: a Agência Municipal faz a gestão para cumprir essas metas com relação aos resíduos. Existem várias estratégias. As estratégias com relação à questão da política dos recicláveis, a estratégia com relação aos resíduos orgânicos, que hoje é um forte componente na questão de resíduos, porque 50% dos resíduos da cidade de São Paulo são orgânicos e a gente não tem uma estratégia, não tínhamos nenhuma estratégia de trabalhar com relação a resíduos orgânicos, que hoje está muito bem, está em ritmo muito acelerado a questão da criação de pátios de compostagem na cidade. Nós temos uma meta de dezessete pátios, nós já estamos com o sexto pátio já implantado dentro de uma metodologia científica bem definida, muito clara, e isso tem evitado que esse material orgânico vá para os aterros. Isso tem sido hoje um esforço bem grande, tanto da Agência como também dos prestadores de serviço, das concessionárias que participam disso. A questão da política de recicláveis também tem um esforço grande. A cidade hoje tem inclusive investimentos em campanhas. Nós temos uma campanha municipal que é o RECICLA SAMPÁ, que é uma campanha que se pretende criar uma consciência na questão do reciclável. Infelizmente, quase 60% da população não faz a separação dos resíduos, que isso precisa ter um movimento importante por conta do cidadão. Eu acho que tem algumas ações ou tem ações muito concretas e bem positivas com relação à Política Municipal de Resíduos Sólidos. A nossa participação como Secretaria - e está muito bem definida -, a gente absorve os atos e transforma isso em falar assim "estamos emitindo menos", porque o componente resíduo ele é um componente forte nas emissões, ele é um componente forte no balanço do inventário. A Secretaria apoia, trabalha junto com a AMLURB nesse sentido de pegar esses indicadores e, além disso, participar ativamente do componente da educação ambiental, que é um componente que a própria Secretaria tem uma estrutura própria de educação, que é a nossa UMAPAZ e que hoje integra junto com a AMLURB de uma equipe voltada à questão da política de educação ambiental, que também tem as suas estratégias. A Secretaria, de uma forma ou de outra, tem feito um esforço de junto com a AMLURB criar o diálogo da logística reversa, que hoje, infelizmente, ela é implantada, vários setores estão comprometidos, mas na política municipal eles deixam um pouco a desejar. Eu recentemente na reunião do CADES estive com o representante da ECÓLEO, a dona... (voz ao fundo) Isso. E a convidei inclusive para ter um diálogo com a Secretaria para que a gente, em conjunto com a AMLURB, até porque a AMLURB nesse sentido do óleo entende que hoje é um dos fortes componentes que na agenda dos recicláveis tem sido muito efetivo. Se o Poder Público puder multiplicar mais, ou dar luz para essa ação, com certeza nos ajuda a contaminar essa rede dos recicláveis, porque o reciclável tem várias agendas: é o plástico, é o óleo, tem várias coisas que

se a gente conseguir contaminar a agenda de resíduos com ações que são palpáveis, concretas, e que tenham efeitos positivos - a gente sabe do efeito direto que a reciclagem do óleo traz, inclusive economicamente. Tem muita gente aí que já tem feito esforço no fechamento desse ciclo. Então, com certeza, ações como essa... A própria Prefeitura, através da AMLURB, mais especificamente, mas nós da Secretaria também estamos trabalhando fortemente nisso.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Mais alguma manifestação dos Senhores Conselheiros? Encerradas as manifestações, passamos para o segundo ponto da ordem do dia, que são as sugestões para a pauta da próxima reunião e assuntos gerais. Sugestões elas podem ser enviadas para o CGC para que sejam apresentadas na nossa próxima reunião. Dando encaminhamento para o término da reunião, passo a palavra para o presidente da Mesa, Ricardo Viegas.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Primeiro eu devia ter falado quando eu cheguei, mas estou falando agora. O Eduardo está em compromisso na agenda e me pediu para que participasse da reunião, mais especificamente sabendo da pauta, que é com relação às metas, que eu acho que é importante que todos os Senhores saibam exatamente em que caminho que a Secretaria está, para onde a gente está indo, quais são os nossos compromissos, os recursos para isso. O FEMA é uma ferramenta extremamente importante para nos ajudar ou para colocar recursos nessa caminhada que a gente tem. Eu queria mais uma vez agradecer essa oportunidade e colocar à disposição o Gabinete para qualquer outra contribuição e mais uma vez a vocês especificamente fica aqui a cobrança de esperar uma agenda com o ECÓLEO para a gente conversar especificamente sobre isso. Obrigado. Considerado encerrado.

Conselheiros(as) presentes:

ARISTIDES DE MEDEIROS JUNIOR

AMÉLIA TAMIKO SEGUCHI

ALDO STRUFFALDI

JOSÉ ROBERTO HASELMANN PAULO

DILSON FERREIRA

Secretário Executivo: Claudio do Nascimento

Coordenador Geral: Devair Paulo de Andrade